

ESTRUTURA DE POSIÇÕES DE CLASSE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Dayana Melo Nogueira ¹, Friedhilde M. K. Manolescu ²

¹Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, - S. J. dos Campos - SP

²Pesquisadora e Professora da Pós-Graduação, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, - S. J. dos Campos - SP

Resumo – Um dos traços mais marcantes do processo de desenvolvimento brasileiro é o estabelecimento das disparidades regionais. Este fenômeno é justificado por diversos fatores econômicos, geográficos e sociais que, distribuídos na história, foram moldando o mosaico de regiões que hoje constitui o Brasil. Amenizar as desigualdades regionais tem sido uma constante preocupação da sociedade. Entretanto, os mecanismos que venham permitir tal conquista são por demais complexos dada a necessidade de se promover alterações a nível estrutural. Uma crítica que se faz ao estudo do desenvolvimento regional é a não inclusão da análise da estrutura de posições de classe enquanto fator de peso para o entendimento das desigualdades uma vez que, as relações mantidas entre as regiões não podem ser plenamente entendidas desconectadas das relações sociais. Assim sendo, este trabalho constitui em uma proposta de estudo que pretende dar um enfoque diferenciado aos aspectos referentes ao desenvolvimento regional brasileiro: as transformações na estrutura de posições e segmentos de classe nas macrorregiões brasileiras concomitante com o desenvolvimento dessas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Desigualdades e Classes Sociais.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Tendo por base a tradição marxista, as classes sociais são definidas a partir das relações de propriedade onde os indivíduos que compõem uma determinada classe compartilham objetivamente dos mesmos *trade-offs* devido aos tipos específicos de ativos que controlam (SANTOS, 2002).

A tipologia de classe a ser utilizada foi construída por Santos, a partir dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Para o presente estudo, o viável seria uma categorização que permitisse visualizar o grau de propriedade de ativos de capital. Entretanto, uma única categoria de *empregador* é adotada por uma questão de impossibilidade, dado que a PNAD de 1981 não permite diferenciações em termos de número de empregados.

Estão enquadrados no *auto-emprego qualificado* “os titulares de profissões regulamentadas e detentores de conhecimentos ou habilidades escassas, acerca dos sistemas de excelência técnica ou competência profissional” (SANTOS, 2002, p. 314). A categoria *auto-emprego estabelecido* é formado por trabalhadores que contam com capital próprio no

empreendimento. Para o grupo que não tem qualificação e nem recursos de capital foi identificada a categoria de *auto-emprego precarizado*. O “grupo residual de ocupações mal definidas ou não classificáveis no elenco de grupos ocupacionais” foram incluídos como *empregado em ocupação inespecífica* no intento de minimizar a interferência de fatores que possam introduzir distorções.

O contingente de desempregados foram incluídos na categoria de *trabalho excedente*. Para tanto foi utilizada a noção de desemprego aberto¹. Na especificação da posição de classe, o critério a ser utilizado será apenas da pessoa de referência da família, dado que a escolha dos indivíduos como unidade pode realçar a taxa de crescimento das posições mais vantajosas.

Análise das mudanças

O período de estudo considerado vai de 1981 à 1996. A escolha deste levou em conta o

¹Corresponde à situação em que o indivíduo está procurando emprego num período de dois meses e, não exerce nenhuma atividade remunerada.

fato de ser um rico período para estudos por ser marcado por grandes transformações na composição econômica e social, considerando também a disponibilidade dos dados referentes a mudança na estrutura de posições de classes e de trabalhos na área de concentração regional que fizeram uso de séries históricas para este período.

Além das cinco macrorregiões, será considerado o Estado de São Paulo, sendo que este será excluído dos dados referentes à Região Sudeste. A necessidade de tal isolamento é justificada pelo grande peso que este Estado tem na economia brasileira, bem como pelo processo de “Reversão da Polarização”², presenciado por este principalmente no período de 1980 a 1985, que, apesar de ter sido marcadamente constatado na Área Metropolitana de São Paulo, pode ter impactado sobre a estrutura de posição de classes deste Estado, bem como da Região Sudeste.

Mudança na estrutura de posições e segmentos de classe - De acordo com a Tabela I, a posição de empregador apresenta um crescimento de 2,87%. Este fato, por si só, não permite uma leitura sobre o processo de concentração e centralização do capital. Ainda que este crescimento esteja associado com o aumento da participação de pequenos e microempregadores que vem representar estratégias de auto-emprego, não é possível afirmar que esteja contradizendo à tendência de fortalecimento do poder concentrado e centralizado do capital.

As posições de auto-emprego não agrícola crescem de forma significativa neste período, enquanto que o auto-emprego agrícola apresenta uma taxa de crescimento negativa de 27%. Essa queda mostra que continua a se desenvolver a destruição das formas tradicionais de produção camponesa. Entretanto, mesmo dentro dessa realidade o campo continua tendo o seu peso na estrutura social ao representar 10,98% das posições constituídas em 1996³.

Tabela I
Mudança na estrutura de posições e segmentos de classe

<i>Posições e Segmentos</i>	<i>1981</i>	<i>1996</i>	<i>Vr(%)⁴</i>
Empregador	5,58	5,74	2,87
Auto-empregado precarizado	8,03	9,70	20,80
Auto-empregado qualificado	1,30	1,98	52,31
Auto-empregado estabelecido	6,92	8,50	22,83
Auto-empregado agrícola	15,04	10,98	-27
Gerente/supervisor	4,20	4,35	3,57
Especialista	2,08	2,05	-1,44
Trab. qualificado	4,32	4,15	-3,94
Emp. ocupação inespecífica	0,97	1,90	95,88
Trab. manual da ind. e serv.	30,79	28,79	-6,50
Trab. não manual de rotina	3,96	3,57	-9,85
Trab. não manual + graduado	1,79	1,76	-1,68
Trab. manual agrícola	10,51	7,80	-25,78
Trab. Doméstico	1,94	3,80	95,88
Trab. Excedente	2,56	4,93	92,58
Total	100	100	

Fonte: IBGE. PNAD 1981 e 1996 em Microdados.

O auto-emprego precarizado e o auto-emprego estabelecido cresce a taxas semelhantes, 20,80% e 22,83%. Mas, a maior taxa de crescimento fica para o auto-emprego qualificado com 52,31%. A posição gerente/supervisor apresenta um crescimento de 3,57%. Este resultado contradiz com estudos que têm apontado na direção do fim dos empregos de classe média vinculados às hierarquias gerenciais. A posição de empregado especialista apresenta uma taxa de crescimento de -1,44%. O que se apresenta é uma certa estagnação desta posição que pode, em certa medida, ser explicada pela transição para o auto-emprego. Na mesma direção, a posição de trabalhador qualificado retrai em 3,94%, refletindo a queda relativa e a reestruturação interna do emprego industrial que têm afetado a condição de trabalhadores de ofício e técnicos.

Ainda que num contexto de expansão das posições sociais não agrícolas, a posição de trabalhador manual da indústria e dos serviços apresenta queda de 6,5%. O que se observa é uma destruição dos empregos manuais industriais em favor dos empregos nos serviços distributivos, sociais e pessoais. A posição de trabalhador não manual de rotina cai em 9,85% refletindo as significativas perdas entre as atividades administrativas de rotina e as ocupações não manuais menos graduadas no comércio.

² Termo cunhado por Harry W. Richardson.

³ Vale ressaltar que esta cifra não representa a sua dimensão efetiva no país uma vez que a PNAD subestima o peso da área rural ao não realizar levantamentos desta na Região Norte do país – ainda que esta região represente apenas aproximadamente 2,5% da população brasileira (KON, 1998, p.83).

⁴ Os valores da taxa de mudança aqui apresentados se diferenciam dos valores encontrados na obra de SANTOS em decorrência da sua utilização de todas as casas decimais dos dados originais relativos às duas datas.

Seguindo o curso do emprego agrícola, a posição do trabalho manual agrícola apresenta uma taxa de mudança negativa de 25,78%. A posição de trabalhador não manual mais graduado retrai em 1,68%.

A posição de trabalhador doméstico quase dobra o seu peso relativo - 95,88%. Parte dessa expansão está ligada ao aumento do número de famílias que passaram a ser chefiadas por mulheres que em número expressivo são trabalhadoras domésticas. (SANTOS, 2002, p. 163)

Comprovando que o impacto do desemprego foi maior nas parcelas nucleares da força de trabalho, o trabalhador excedente atinge uma taxa de crescimento negativo de 92,58%⁵.

Mudanças na distribuição da população ocupada entre os setores econômicos - A Indústria Extrativa e a Transformativa apresentam perdas relativas na distribuição da população ocupada entre os setores econômicos, ao contrário dos de serviços, como pode ser observado na Tabela II.

Tabela II
Distribuição da população ocupada entre os setores econômicos

Setores Econômicos	1981	1996	Vr. (%)
Indústria Extrativa	29,4	21,9	-25,5
Ind. Transformativa	28,4	25,1	-11,6
Serviços Distributivos	16,1	19,1	18,6
Serviços Produtivos	4,9	6,0	22,4
Serviços Sociais	10,1	12,7	25,7
Serviços Pessoais	11,0	15,3	39,1
Total	100,0	100,0	

Fonte: IBGE. PNAD 1981 e 1996 em Microdados.

A maior queda é registrada pela indústria extrativa. Este resultado está diretamente relacionado com a trajetória da agropecuária durante a década de 90 de queda a uma taxa de 0,9% ao ano; conjugada com a ocupação não agrícola no meio rural. (GRAZIANO *apud* SANTOS, 2002, p. 165)

Atestando o avanço do processo de desindustrialização no Brasil, a indústria transformativa apresenta uma queda de 11,6%. Sob o impulso do comércio atacadista e varejista os serviços distributivos aumentam a sua participação em 18,6%. Os serviços produtivos aumentam em 22,4%, os serviços sociais, em 25,7%, e os serviços pessoais em 39,1%. O resultado observado para os serviços sociais foi contribuído em grande medida pelo bom desempenho do

⁵ Entre os indivíduos essa taxa foi de 55% (SANTOS, 2002, p. 164).

subsetor de educação, ciência e tecnologia. E, no caso dos serviços pessoais, o salto promovido pelos serviços domésticos contribuíram para a expansão deste setor em praticamente 50%. (SANTOS, 2002, 170)

Mudanças na distribuição da população ocupada entre os setores econômicos nas macrorregiões - Como reflexo da desconcentração, todos os setores diminuem sua participação na região sudeste. Na sua composição setorial, o sudeste tem um aumento do peso do setor de serviços – com destaque para os serviços pessoais que adquiriu uma variação percentual de 32,10% – e uma redução das indústrias extrativa e transformativa. São Paulo apresenta resultado semelhante, com ressalva para os serviços produtivos que apresentam uma pequena variação positiva de 0,33% e uma significativa variação negativa de 18% na participação interna da indústria transformativa.

Tabela III
Distribuição da população ocupada entre os setores nas macrorregiões

Setores	SP	Sudes	Sul	COest	Norte	Nord.
	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)
I. Extrativa	-1,1	-7,9	-18,1	17,7	81,8	8,0
	-17,4	-21,2	-32,6	-19,0	-11,6	-12,7
I. Transf.	-9,4	-4,1	22,1	42,9	59,1	-11,3
	-18,1	-11,3	9,2	4,5	-12,9	-22,0
S. Distrib.	-4,5	-8,1	-0,6	5,9	33,3	6,9
	13,8	12,0	16,9	2,4	-4,2	23,2
S. Produt.	0,3	-8,7	5,2	-15,4	50,0	12,0
	23,8	14,0	26,5	-15,1	8,9	30,8
S. Sociais	-12,8	-14,4	7,7	15,7	51,2	10,9
	9,9	9,8	33,3	18,5	14,4	36,1
S. Pess.	-3,6	-8,3	-2,0	15,3	41,4	6,5
	36,5	32,1	35,5	31,6	22,3	44,4
Total	-3,4	-5,7	-2,3	17,6	62,5	-0,4

Fonte: IBGE. PNAD 1981 e 1996 em Microdados.

Devido à sua inquestionável reserva de recursos naturais a região Norte apresenta um aumento de 81,8% da indústria extrativa. O Sul, Sudeste e São Paulo têm diminuída a participação deste setor em suas economias e todas as regiões apresentam redução no peso deste setor em relação aos demais.

A queda na participação da indústria transformativa no Sudeste e em São Paulo reflete, em certa medida, uma transferência deste setor para as regiões em desenvolvimento. O Norte chega a apresentar uma variação positiva de 59,1% em referência a este setor. Entretanto, a indústria transformativa perde espaço quando a comparamos com o setor de serviços. Apenas as regiões Sul e Centro-

Oeste apresentam aumento, mas não significativo, no peso desse setor.

Os serviços distributivos e os serviços pessoais aumentam sua participação nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e tem diminuído o seu peso apenas na região Centro-Oeste. Já os serviços sociais aumentam o seu peso dentre os outros setores em todas as regiões e decresce sua participação dentre as macrorregiões apenas no Sudeste e em São Paulo.

Mudança na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil - As regiões Norte, Nordeste e Sul seguem a tendência nacional de aumento da participação da categoria empregador. O Norte apresenta a maior taxa de crescimento (133%), seguido do Nordeste (24,1%) e por último o Sul (4,3%). O Sudeste e o Centro-Oeste seguem outro curso. A presença de empregadores na região sudeste cai em 11% e no Estado de São Paulo em 10%, o que, juntamente com o aumento da participação dessa categoria nas regiões supracitadas, pode vir a refletir a tendência à desconcentração espacial dos empreendimentos. Entretanto, é o Centro-Oeste que apresenta a maior queda tanto em relação às outras regiões (-12%), quanto ao peso dessa categoria (-24%).

O aumento da participação do auto-emprego precarizado é sustentado pelas regiões Sul e Norte – 16,7% e 37,5%, respectivamente – e pelas quedas pouco expressivas nas demais regiões, sendo as maiores no Nordeste e em São Paulo – 7,5% e 5%, respectivamente. Todavia, em todas regiões essa categoria apresenta um significativo aumento do seu peso em relação às demais.

As regiões Sul, Norte e Nordeste têm aumento no auto-emprego qualificado e todas aumentam o peso dessa categoria em relação às demais. O auto-emprego estabelecido perde posição dentro do Nordeste, mas consegue manter a tendência nacional ao apresentar um crescimento da sua posição em São Paulo, no Sudeste e no Norte.

A queda da participação do auto-emprego agrícola a nível nacional só não foi maior em função do aumento da sua participação no Norte (57,1%) e no Nordeste (14,3%). Entretanto, todas as regiões apresentam uma queda significativa do peso dessa categoria, sendo a menor no Nordeste (15%).

Tabela III

Mudança na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil

Posições e Segmentos	S. P.	Sude	Sul	COest	Norte	Nord.
	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)	Vr.(%)
Empregador	-10,2	-10,9	4,3	-12,4	133,3	24,1
	-4,5	-3,2	10,0	-23,7	52,9	29,4
Auto	-5,0	-1,8	16,7	-1,4	37,5	-7,5
Precarizado	18,5	26,0	41,5	2,4	4,6	13,8
Auto	-4,3	-16,0	22,8	-13,0	14,8	17,9
Qualificado	50,0	37,5	91,7	13,3	14,3	75,0
Auto	9,4	0,5	-6,5	-1,3	13,6	-5,9
Estabelecido	38,8	30,5	16,2	2,6	-13,5	17,6
Auto	-15,2	-3,8	-21,2	-4,6	57,1	14,3
Agrícola	-37,9	-25,6	-41,1	-41,4	-29,9	-14,9
Gerente/Supervisor	-5,3	-14,5	18,8	13,4	28,6	3,7
	0,0	-4,5	27,8	0,0	-16,7	8,0
Especialista	-3,4	-13,3	16,8	11,8	70,8	1,9
	-3,6	-10,7	18,7	-9,5	5,0	0,0
Trab.	-15,9	-2,7	-2,4	42,0	51,7	23,1
Qualificado	-17,2	0,0	-2,4	15,6	-11,5	21,7
Emp. ocup.	21,7	-21,1	-18,8	42,9	51,2	-10,9
Inespecífico	133,3	63,6	66,7	137,5	87,5	85,7
Trab. m. ind.	-8,0	-6,6	11,0	33,9	53,8	-4,9
Service	-11,7	-7,0	5,4	6,2	-9,0	-9,8
Trab n man.	-18,7	-1,6	-10,6	43,3	68,6	16,6
menos grad	-24,5	-4,8	-18,9	8,6	-7,0	3,7
Trab ñ man.	-24,5	-17,5	18,6	7,2	116,0	42,7
mais grad	-22,7	-12,5	20,0	-9,1	26,3	40,0
Trab	13,5	-12,1	-7,6	39,5	85,7	-4,6
agrícola	-13,8	-30,2	-29,5	-12,7	-18,7	-28,1
Trab	-21,0	-10,1	5,4	47,6	76,2	23,6
Doméstico	58,3	88,9	106,7	144,4	111,8	138,5
Desemprego	-23,0	-20,0	26,9	51,7	80,8	20,7
	50,0	64,3	144,4	143,5	118,5	140,0
Total	-2,5	-6,2	-1,7	19,4	62,5	-1,5

Fonte: IBGE. PNAD 1981 e 1996 em Microdados.

São Paulo e o Sudeste são os únicos a apresentarem queda na participação da categoria gerente/supervisor. Assim sendo, os estudos que apontam na direção do fim dos empregos da classe média poderiam estar sendo aplicáveis nessas regiões e não a nível nacional – pelo menos no atual nível de desenvolvimento em que nos encontramos. Quanto à categoria de empregado especialista São Paulo e o Sudeste também são os únicos a apresentarem queda. As demais regiões aumentam a participação, sendo que o Nordeste apresenta a maior taxa: 70,8%. Quanto à categoria trabalhador qualificado, São Paulo, o Sudeste e o Sul são as únicas regiões a apresentarem queda, bem como no peso dessa dentre as demais. Talvez isso venha representar a migração do impulso do desenvolvimento para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Refletindo a migração da mão-de-obra da indústria para o setor de serviços distributivos, sociais e pessoais, apenas duas regiões não apresentam queda no peso da categoria trabalhador manual da indústria,

sendo que o crescimento apresentado por estas não são muito significativos.

A participação da categoria trabalhador não manual de rotina cai um pouco no Sul, Sudeste e em São Paulo e aumenta significativamente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Quanto à categoria trabalhador não manual mais graduado apenas São Paulo e o Sudeste seguem a tendência nacional, sendo que o Norte atinge um aumento de 116% na participação desta categoria.

O trabalho agrícola perde peso em todas as regiões. Entretanto, a participação se altera de forma negativa apenas em três regiões e chega a obter uma variação positiva de 85,7% na região Norte.

Nas categorias trabalhador doméstico e excedente, novamente São Paulo e o Sudeste apresentam um desenvolvimento diverso das demais regiões, mas, agora de forma contrária à tendência nacional. O Norte apresenta os maiores índices de variação positiva: 76,2% para trabalhador doméstico e 80,8% para trabalhador excedente. Quanto ao peso dessas categorias no interior das macrorregiões há um aumento muito significativos. As marcas são: 144% para o Centro-Oeste na categoria trabalhador doméstico e o mesmo valor para o Sul na categoria trabalhador excedente. Vale ressaltar que o Sudeste e São Paulo apresentam as menores taxas para essas categorias.

Considerações finais – A desigualdade no nosso país, para que possa ser melhor compreendida, pode ser vista sob o prisma da análise da estrutura de posições e segmentos de classes que, como pretendeu mostrar este estudo, permite articulação das dimensões sociais e econômicas na determinação da hierarquia regional e não apenas esta última determinando a segunda, como pretende a maioria dos estudos desenvolvidos até então.

A vantagem de tal procedimento não se restringe à importância da percepção do desenvolvimento via distribuição da população por setores econômicos e por macrorregiões, mas, também, à utilização de uma categorização de posições e segmentos de classe adaptada à realidade brasileira, como foi desenvolvido por Santos.

Um aspecto de destaque para o presente trabalho, é a visualização do fenômeno de exclusão do sistema capitalista. Enquanto as demais regiões vão apresentando um maior crescimento econômico quando comparadas com a região Sudeste e, principalmente, São Paulo, estas regiões também vão absorvendo a exclusão inerente ao sistema uma vez observadas as altas taxas quanto ao peso da categoria trabalhador excedente, bem como da sua participação a nível nacional. Deve ser destacado que, parte desses números dizem respeito à uma crise geral da empregabilidade, haja vista que, apesar de São Paulo e o Sudeste perderem participação na distribuição inter-regional da categoria trabalhador excedente, apresentam aumento no seu peso na composição interna destas regiões.

Referências

- AZZONI, C.R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. S.Paulo:Fipe/USP, 1986.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 -70*. Campinas: Global, 1985.
- SANTOS, José A. F. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do real. In: MERCADANTE, Aluizio (Org.). *O Brasil pós -real: a política econômica em debate*. São Paulo: Instituto de Economia/UNICAMP, 1997.